

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

O uso do tempo livre entre estudantes imigrantes forçados: notas sobre a internacionalização do ensino superior brasileiro

Valéria de Bettio Mattos, Schmitt Ragnini Elaine Cristina, Camila Bruning, da Silveira Anderson,
Vultur Mircea

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.15848>

Submetido em: 2026-04-15

Postado em: 2026-05-04 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

A moderação deste preprint recebeu o(s) endosso(s) de:

- Jose Henrique de Faria (ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3971-7992>)

ARTIGO

O USO DO TEMPO LIVRE ENTRE ESTUDANTES IMIGRANTES FORÇADOS: NOTAS SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

VALÉRIA DE BETTIO MATTOS¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6215-1002>
valeriadebettio@gmail.com

ELAINE SCHMITT RAGNINI²

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2197-320X>
elaine@ufpr.br

CAMILA BRÜNING³

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3869-3917>
camila.bruning@ufpr.br

ANDERSON DA SILVEIRA⁴

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6231-2574>
andersonsilveirapessoal@gmail.com

MIRCEA VULTUR⁵

ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-6686-8383>
Mircea.Vultur@inrs.ca

¹ Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, Santa Catarina (SC), Brasil.

² Universidade Federal do Paraná. Curitiba, Paraná (PR), Brasil.

³ Universidade Federal do Paraná. Curitiba, Paraná (PR), Brasil.

⁴ Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, Santa Catarina (SC), Brasil.

⁵ Institut National de la Recherche Scientifique. Québec, Québec, Canadá.

RESUMO: Este artigo propõe discutir as aproximações e os distanciamentos conceituais de três categorias de estudantes, a saber: internacionais, estrangeiros e imigrantes, a partir da experiência empírica de acolhimento de imigrantes forçados em duas instituições públicas de ensino superior brasileiras. Trata-se de uma pesquisa exploratória, de natureza qualitativa e corte transversal, baseada em conteúdos compartilhados em dois grupos focais compostos por estudantes refugiados e portadores de visto humanitário, com 23 estudantes, com idade entre 20 e 39 anos (61% mulheres; 39% homens), provenientes de países africanos e da América Central e do Sul. Os dados foram analisados por meio do software IRaMuTeQ, mediante análise de conteúdo, resultando em quatro classes: 1) tempo livre como algo ambivalente; 2) estratégias de enfrentamento; 3) contrastes culturais; e 4) liberdade e cobrança. Ainda que o termo internacional seja genericamente utilizado para se referir a todos os estudantes que chegam a um determinado país para realizar seus estudos de modo parcial ou completo, percebe-se que as migrações sul-sul guardam especificidades que inserem esses estudantes em contextos particulares, provocando vivências peculiares, atravessadas por questões culturais e de interseccionalidade. Os resultados apontam para o uso do tempo livre numa clara articulação entre formação e trabalho, de modo a reduzir o tempo de descanso e lazer, evidenciando também o desafio dessa formação no contexto específico da migração forçada. Nesses termos, discute-se a noção de internacionalização, que privilegia a aprendizagem de uma língua e as vivências interculturais, aqui permeada por contradições e pela criação de alternativas para transpor barreiras.

Palavras-chave: migração forçada; ensino superior; trabalho; formação profissional; interculturalidade.

THE USE OF FREE TIME AMONG FORCED IMMIGRANT STUDENTS: NOTES ON THE INTERNATIONALIZATION OF BRAZILIAN HIGHER EDUCATION

ABSTRACT: This article proposes to discuss the conceptual proximities and distances among three categories of students, namely: international, foreign, and immigrant students, drawing on the empirical experience of receiving forced immigrants at two Brazilian public higher education institutions. This is an exploratory, qualitative, cross-sectional study based on content shared in two focus groups composed of refugee students and holders of humanitarian visas, comprising 23 students aged between 20 and 39 years (61% women; 39% men), from African countries and Central and South America. Data were analyzed using the IRaMuTeQ software through content analysis, yielding four classes: 1) free time as something ambivalent; 2) coping strategies; 3) cultural contrasts; and 4) freedom and pressure. Although the term international is broadly used to refer to all students who arrive in a given country to pursue their studies, whether partially or entirely, it is apparent that South-South migrations carry specificities that place these students in particular contexts, giving rise to distinctive experiences shaped by cultural and intersectionality-related issues. The results point to the use of free time in a clear articulation between academic training and work, leading to a reduction in rest and leisure time, while also highlighting the challenges of this educational process within the specific context of forced migration. In these terms, the article discusses the notion of internationalization – which privileges language learning and intercultural experiences – here permeated by contradictions and by the creation of alternatives to overcome barriers.

Keywords: forced migration; higher education; work; professional training; interculturality.

EL USO DEL TIEMPO LIBRE ENTRE ESTUDIANTES INMIGRANTES FORZADOS: NOTAS SOBRE LA INTERNACIONALIZACIÓN DE LA EDUCACIÓN SUPERIOR BRASILEÑA

RESUMEN: Este artículo propone discutir las aproximaciones y distanciamientos conceptuales entre tres categorías de estudiantes, a saber: internacionales, extranjeros e inmigrantes, a partir de la experiencia empírica de acogida de inmigrantes forzados en dos instituciones públicas de educación superior brasileñas. Se trata de una investigación exploratoria, de naturaleza cualitativa y corte transversal, basada en contenidos compartidos en dos grupos focales compuestos por estudiantes refugiados y portadores de visa humanitaria, con 23 estudiantes, con edades entre 20 y 39 años (61% mujeres; 39% hombres), provenientes de países africanos y de América Central y del Sur. Los datos fueron analizados mediante el software IRaMuTeQ, a través del análisis de contenido, resultando en cuatro clases: 1) el tiempo libre como algo ambivalente; 2) estrategias de afrontamiento; 3) contrastes culturales; y 4) libertad y exigencia. Aunque el término internacional sea genéricamente utilizado para referirse a todos los estudiantes que llegan a un determinado país para realizar sus estudios de manera parcial o completa, se percibe que las migraciones sur-sur guardan especificidades que insertan a estos estudiantes en contextos particulares, provocando vivencias peculiares, atravesadas por cuestiones culturales y de interseccionalidad. Los resultados apuntan al uso del tiempo libre en una clara articulación entre formación y trabajo, de modo que se reduce el tiempo de descanso y ocio, evidenciando también el desafío de dicha formación en el contexto específico de la migración forzada. En estos términos, se discute la noción de internacionalización, que privilegia el aprendizaje de una lengua y las vivencias interculturales, aquí permeada por contradicciones y por la creación de alternativas para superar barreras.

Palabras clave: migración forzada; educación superior; trabajo; formación profesional; interculturalidad.

INTRODUÇÃO

A internacionalização do ensino superior é um tema que está na agenda das universidades em todo o mundo, mas especialmente nas universidades brasileiras, que buscam afirmar um lugar no cenário global em meio à crise das universidades, ao ambiente altamente competitivo e ao financiamento da educação superior, que sofre pressões constantes pela privatização de suas atividades (Akkari, 2018). Isso porque as universidades se constituem como centros de formação intelectual e tecnológica, garantindo vantagens competitivas aos países (Pessoni & Pessoni, 2021). No âmago das discussões sobre a internacionalização está a interculturalidade, que preconiza as trocas entre indivíduos e grupos de diferentes culturas, a diversidade, a vivência de experiências em ambientes diversos e a aprendizagem de uma nova língua. O desenvolvimento da competência intercultural é um quesito de alto valor num mercado globalizado e competitivo. Dentre os desafios das universidades brasileiras para a internacionalização estão os investimentos financeiros, a formação do corpo docente, o protagonismo no cenário internacional com o desenvolvimento de pesquisas, novos conhecimentos e tecnologias e o encontro com as diferenças.

Segundo Akkari (2018, p. 9-10), “o contexto de adversidade em que as universidades contemporâneas devem se internacionalizar obriga-nos a ser mais criativos, buscar novos caminhos, a explorar novas parcerias, a imaginar novas soluções”. No contexto brasileiro, a partir das ondas migratórias da segunda década do século XXI e da construção de uma política de acesso a imigrantes forçados à educação superior, a experiência de pessoas refugiadas e de migrantes humanitários tem sido considerada à luz da internacionalização. Ainda que a construção da política tenha se dado no âmbito das políticas afirmativas, a experiência intercultural pela presença desses imigrantes nas universidades tem sido acolhida no campo da internacionalização.

Migrantes e refugiados presentes na universidade contribuem para a internacionalização das instituições de ensino superior. No entanto, em diferentes regiões do mundo, as barreiras psicológicas ou reais são erguidas para impedir a passagem de migrantes e refugiados. Movimentos políticos poderosos produzem a rejeição do estrangeiro, do diferente como forma de agenda política. Eles chegam ao poder apostando no medo da alteridade. Um movimento de solidariedade e resistência é organizado dentro das universidades. Os estudantes estão na linha de frente nessa frente progressista, buscando restaurar a dignidade para todos e combater o racismo e a xenofobia. (Akkari, 2018, p.8).

Nesses termos, a presença de estudantes imigrantes forçados nas universidades implica tanto a noção de *hospitalidade* (abertura radical e impossível ao outro que desafia as leis, a identidade e o controle - uma ética da responsabilidade infinita), como discutida por Jacques Derrida (Gediel et al., 2016), quanto a noção de *interculturalidade*, que preconiza um conjunto de habilidades que viabiliza a interação adequada e efetiva entre pessoas de culturas diferentes (Bizarria et al., 2015). Segundo estudos sobre a interculturalidade no campo da educação superior, em termos globais, os maiores desafios para o desenvolvimento das competências interculturais são a discriminação, a xenofobia e o racismo. No cenário da educação mundial, esses fenômenos do encontro com a diferença e a alteridade são marcados pelo medo ao estrangeiro e pela noção de superioridade de algumas culturas, geralmente do norte global, sobre outras. Assim, os desafios que são mundiais também se presentificam nas universidades brasileiras. Entretanto, soma-se a isso o perfil de internacionalização que é vivenciado em nossas universidades, que tem como público majoritário estudantes do Sul Global. Nesse sentido, cabe uma investigação sobre o lugar e a experiência de estudantes imigrantes forçados nos processos de internacionalização da universidade brasileira.

Para fins desse estudo, parte-se do conhecimento de que a literatura especializada em internacionalização do ensino superior já cunhou o termo estudante internacional para se referir a todo e qualquer estudante oriundo de outro país que busca realizar parte ou a completude de seus estudos em país que não o seu de origem. Vultur (2018, p.3) defende esta designação, como atualização do termo estudantes estrangeiros, pois segundo suas palavras:

Esse último era utilizado de maneira clássica para analisar o fluxo de estudantes de países do sul em direção aos países do norte, fluxo que exigia uma gestão diferenciada ligada à imigração. Os estudantes do norte, dos países desenvolvidos, eram frequentemente denominados pelo termo 'estudantes internacionais'; esses últimos deveriam, no mercado da educação, contribuir para o aumento do prestígio da universidade que lhes acolhia. Com o processo de globalização, a noção de estudante estrangeiro está desaparecendo, já que hoje todos os estudantes têm se tornado um público-alvo interessante para as universidades, especialmente a título de consumidores de conhecimento, de clientes à procura dos melhores produtos no mercado da formação.

Porém, no contexto brasileiro, sobretudo no âmbito do ensino federal, que preconiza a educação pública, gratuita e de qualidade, esta discussão não está plenamente esgotada, pois a premissa subjacente à concepção de estudante estrangeiro coexiste com a de estudante internacional. E ganha ainda outras camadas quando o público é formado por estudantes imigrantes forçados - solicitantes de refúgio, refugiados, portadores de visto de acolhida humanitária e apátridas. De acordo com a ONU 'migrante' é toda pessoa que se encontra ao menos um ano fora do país de residência. Em geral, distinguem-se as migrações entre permanente, temporária, voluntária e forçada, podendo ser interna ou internacional. Na modalidade forçada, as pessoas podem ser enquadradas no sistema de proteção como refugiadas, requerentes de asilo ou pessoas internamente deslocadas, existindo, ainda, a condição de apátrida, quando não se é reconhecido por nenhum Estado como nacional (Spolidoro, 2017; IOM, 2019).

Na tentativa de articular uma nova compreensão sobre jovens no ensino superior é importante considerar o enlace de aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos e subjetivos com vistas a melhor entender o pluralismo da internacionalização da educação superior brasileira, o que, no caso de estudantes imigrantes forçados, articula também políticas de ações afirmativas. Este estudo busca contribuir com os estudos sobre a temática da internacionalização do ensino superior evidenciando as nuances deste novo e ainda restrito público que acessa os bancos universitários. Para tanto, este artigo parte dos relatos compartilhados nos serviços de psicologia direcionados a estudantes imigrantes forçados matriculados nas Universidades Federais do Paraná e de Santa Catarina.

O relatório de 2020 da Organização Internacional para as Migrações registrou a estimativa de 281 milhões de migrantes internacionais no mundo, o que corresponde a 3.6% da população mundial, sendo 26 milhões destas pessoas, refugiadas (OIM, 2022). Neste artigo, adota-se uma abordagem ampla do termo "imigrante", incluindo tanto aqueles que fogem de perseguição política, religiosa, de raça, gênero, entre outras, quanto os imigrantes que possuem visto humanitário, concedido a indivíduos que deixaram seus países devido a catástrofes ambientais. É crucial ressaltar que, dentro do contexto da UFSC e da UFPR os editais específicos para admissão de imigrantes nas instituições fornecem uma definição mais detalhada do público-alvo: pessoas com condição ou solicitação de refúgio reconhecida pelo Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) ou órgão federal competente; pessoas portadoras de visto humanitário; pessoas ingressantes no país em decorrência de reunião familiar; imigrantes pretas/os, pardas/os; e pessoas apátridas.

Cabe destacar que estas duas universidades desenvolveram nos anos recentes algumas políticas de acolhimento destinadas a este público específico, ou seja, pessoas refugiadas ou portadoras de visto humanitário em território nacional. Este artigo busca apresentar e discutir a vivência subjetiva desses estudantes universitários inseridos em contextos socioculturais distintos de sua origem. Optou-se por investigar a questão da interculturalidade a partir da identificação das formas de uso do tempo de não-trabalho e estudo e os efeitos para a saúde mental do público pesquisado. Isto posto, o artigo visa compreender: de que modo a vivência dos estudantes imigrantes forçados tensiona e problematiza a concepção hegemônica de internacionalização do ensino superior? Em que medida a apropriação do tempo livre se configura como espaço privilegiado para a manifestação das contradições entre processos de integração social, estratégias de sobrevivência econômica e dinâmicas de saúde mental?"

A internacionalização da educação superior no Brasil e os estudantes imigrantes forçados

A internacionalização do ensino superior no Brasil ocorreu, desde a criação das primeiras universidades brasileiras, “através da colaboração acadêmica na produção de conhecimento e da mobilidade de docentes e discentes” (Neves & Barbosa, 2020). Nas diferentes fases do processo de internacionalização das universidades brasileiras, destacam-se: a vinda de professores estrangeiros, especialmente da Europa na primeira metade do Século XX e no pós-guerras, para lecionar e auxiliar na estruturação das universidades e dos currículos; a criação e desenvolvimento de políticas públicas e ações governamentais para a qualificação do sistema educacional e o desenvolvimento da pesquisa, bem como a criação das primeiras agências de fomento e sociedades científicas, a partir das décadas de 1940 a 1960; e o incentivo à pós-graduação e qualificação para a pesquisa, a partir da reforma universitária de 1968 (Neves & Barbosa, 2020). Os Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNGs) constituíram elemento central para o desenvolvimento das universidades brasileiras, suas pesquisas e cooperação técnica, impulsionando a internacionalização no âmbito da graduação e da pós-graduação. Desde meados da década de 1970 foram implementados cinco PNGs, que mobilizaram o desenvolvimento de políticas públicas e institucionais, bem como investimentos, para os avanços no campo da formação e da pesquisa. Os primeiros projetos articulados para a promoção de intercâmbio entre pesquisadores ocorreram com universidades de países europeus (França, Inglaterra e Alemanha), indicando que as trocas Norte-Sul Global predominavam como estratégia. As autoras Neves e Barbosa (2020) especulam que há uma inércia conservadora nos processos de internacionalização das universidades brasileiras, indicando uma resistência a mudanças no campo da produção da pesquisa, o que só é minimizado quando fatores externos às instituições impõem mudanças relacionadas a exigências regulatórias e investimentos. Para as autoras, nesse contexto, os Programas Estudantes-Convênio, o Programa Ciências sem Fronteiras e o Programa Institucional de Internacionalização (PrInt) da CAPES ilustram a atuação das agências externas (Neves & Barbosa, 2020).

Interessa nesse ponto a compreensão sobre os Programas de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), que foi idealizado em meados dos anos 1960 e recebe estudantes de países africanos e latino-americanos para a realização da graduação no Brasil. Este programa tem como objetivo formar profissionais que atuarão futuramente em seus países de origem, configurando-se como uma resposta aos impulsos da política de aproximação com os países dessas duas regiões, com o objetivo de fortalecer os vínculos acadêmicos no denominado Sul Global. Ao longo dos últimos vinte anos, diversos estudantes apoiados por esses programas concluíram seus estudos no Brasil (Neves & Barbosa, 2020).

Esse programa se organiza a partir de uma parceria entre o MEC (Ministério da Educação) e o Ministério das Relações Exteriores (MRE), por intermédio da Divisão de Assuntos Educacionais do MRE. Atualmente o programa é regido pelo decreto nº 11.923, de 15 de fevereiro de 2024, do qual mais de 60 países são signatários. Segundo Macedo (2022), o PEC-G passou a configurar-se como o dispositivo de cooperação internacional mais duradouro na área da educação superior.

Atualmente, no Brasil, as modalidades de internacionalização na graduação compreendem, além do PEC-G e outros programas governamentais, os programas institucionais (convênios das universidades brasileiras com universidades estrangeiras e cooperação em pesquisa), e os programas específicos para imigrantes forçados. Ainda que os estudantes imigrantes forçados estejam na mira da internacionalização, vale destacar que os processos de ingresso destes estudantes nas universidades dão-se pela via das políticas afirmativas das instituições, por meio da ocupação das vagas ociosas, e pela construção das políticas de acesso ao ensino superior a imigrantes forçados consolidadas pelas Cátedras Sérgio Vieira de Mello das universidades. Trata-se de um termo de cooperação técnica entre o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados e as universidades. No ano de 2025 havia 50 Cátedras consolidadas em universidades brasileiras, que tem como premissa o desenvolvimento de ações para a integração desses imigrantes à sociedade. Na perspectiva dos Direitos Humanos, entende-se que o acesso ao ensino superior é uma das vias para a integração dessa população.

No contexto brasileiro, há um número expressivo de estudantes internacionais provenientes de países lusófonos, em sua maioria do continente africano, mas também latino-americanos e de outros continentes que migram fugindo da fome, de governos ditatoriais e por discriminação, mas sobretudo em busca de melhores condições de vida. Exemplos desta população imigrante transitam pelos espaços universitários em busca de acolhimento, pertencimento, resistência, sobrevivência concreta e também

simbólica. Segundo dados divulgados recentemente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2025), a população de residentes estrangeiros no país cresceu de 592 mil, em 2010, para 1 milhão, em 2022. Atualmente 0,5% da população brasileira é formada por imigrantes internacionais, sendo a maioria procedente da América Latina e Caribe (72%), com destaque para venezuelanos (272 mil). Os dados apontam que 54,4% desses imigrantes fixaram moradia no país nos últimos dez anos, sendo que 399 mil (64%) se mudaram para o Brasil entre 2018 e 2022. Ainda que tenham o projeto de retomar os estudos interrompidos pelo motivo da migração, ou que objetivem realizar o ensino superior, na maioria dos casos a vinda para o país não se deu em função da formação universitária, senão pela sobrevivência.

O fluxo migratório no mundo e especialmente no caso brasileiro não é uma novidade. Desde o primeiro estudo censitário, datado de 1900, há presença de residentes estrangeiros, quando totalizavam 7,3% da população, com prevalência de europeus. Porém, como Di Cesare (2020, p. 217) destaca “o terceiro milênio é a era da diáspora do mundo” e lembra que a ideia subjacente à estrangeiridade é a de transitoriedade, passagem e oposição à familiaridade. Os dados atuais do IBGE (2025) mostram uma nova conformação desta população quando comparado aos dados de 2010: pessoas provenientes da Europa reduziu de 29,9% para 12,2% e da América do Norte de 20,4% para 7,0%, o que evidencia que os processos migratórios recentes no Brasil ocorrem entre países do Sul Global.

No contexto da educação superior, a entrada de estudantes oriundos de outras nacionalidades convoca pesquisadores a pensar nas especificidades das condições em que eles chegam ao país de destino e que complexificam o entendimento sobre o que é ser um estudante internacional, estrangeiro ou imigrante a depender da sua origem geográfica. A título de exemplo, a experiência de estudantes internacionais na UFSC e na UFPR expressam realidades distintas deste público tão diverso. Nas referidas universidades, o número mais expressivo é de alunos cujo convênio institucional, tal como o Programa Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) é respaldado por acordos governamentais que garantem a sua permanência durante o percurso formativo, por meio de auxílios ou bolsas de estudos. No caso da UFPR, o número de estudantes imigrantes, que acessam a instituição em função das políticas de ações afirmativas, é expressivo e boa parte dos estudantes são beneficiários de programas institucionais que oferecem auxílio aos estudos. Segundo informações da Secretaria de Assuntos Internacionais/UFSC, em 2024, a comunidade internacional da UFSC chegava perto de 1000 pessoas (3% do total de estudantes), sendo que dentre elas, cerca de 40 são estudantes refugiados, portadores de visto humanitário ou apátridas em diferentes cursos de graduação. Na UFPR, segundo dados do Escritório de Relações Internacionais, no ano de 2026, os registros mostram novas matrículas de: 38 estudantes PEC-G; 31 estudantes PEC-PL (Português como Língua Estrangeira); 86 estudantes migrantes aprovados no Processo Específico para pessoas Migrantes e Refugiadas (2025). Para além dos novos estudantes, atualmente a UFPR tem 130 estudantes migrantes matriculados nos cursos de graduação; e 51 estudantes PEC-G matriculados nos cursos de graduação.

Isto posto, pesquisar um grupo que, a cada ano, apresenta um contingente maior em escala mundial e a depender das justificativas para estar no Brasil são identificados formalmente como internacionais, mas cotidianamente como imigrantes ou estrangeiros, apresenta relevância social e científica.

A relevância científica se dá na medida em que se problematiza a distinção acima apresentada bem como os contornos que a justificam. Ainda que Vultur (2018) aponte que a diferenciação entre estudantes estrangeiros, termo direcionado àqueles provenientes do sul global e estudantes internacionais, quando estes são originários de países desenvolvidos do hemisfério norte já esteja ultrapassada, os termos carregam conotações marcadamente diferenciadas em solo nacional. E quando se trata de estudantes migrantes humanitários, refugiados e apátridas a discussão se torna mais ampla, evidenciando que o dilema não está superado¹.

¹ Um registro das diferentes vivências das definições é retratada no filme intitulado Uau: Percepções de um angolano e um belga em Florianópolis, produzido em 2015 por estudantes de jornalismo/UFSC. O filme explora as diferenças entre as experiências de Abel Pedro, estudante intercambista belga do curso de Agronomia na UFSC e Geoffroy Damant, estudante angolano de pós-graduação em Antropologia, cf. <https://youtu.be/u0wmMBD3KoY?si=8moXGZmxQeoZdKUL>.

Di Cesare (2022, p. 183-4) aponta que:

a modernidade tirou a aura do estrangeiro. [...] Desinvestido da glória de outrora, reconhecida apenas na paisagem do século XX, o estrangeiro deixa o lugar para as novas figuras da desordem espaço-temporal a que se reduziu a migração. [...] Despido do estrangeiro, o migrante perdeu a referência a um alhures e por isso já não tem acesso ao aqui. É sem-lugar - na inédita luta global por um lugar. A simples presença não justifica a existência.

Mittelmeier et al. (2024) tecem ainda críticas conceituais ao termo “estudantes internacionais” e buscam ampliar a discussão sobre aspectos metodológicos que envolvem o público em questão, enaltecendo pesquisas qualitativas, a partir de estudos decoloniais, que contemplem a sua diversidade e, ao mesmo tempo, problematizem o estigma, a desvalorização e os estereótipos que estudantes internacionais carregam, a depender de seus marcadores sociais, tais como: gênero, raça, deficiência, classe social e origem geográfica. Quando olhamos a situação dos refugiados, por exemplo, com sua história, seus costumes, linguagem e cores próprias, o distintivo de imigrante está posto inequivocamente.

Sendo assim, entende-se que a despeito dos trâmites burocráticos serem muito similares, independentemente da nacionalidade, nos espaços acadêmicos institucionalizados, como é o caso das unidades de Assuntos Internacionais das universidades, nas relações sociais cotidianas, há distinção entre aqueles que são identificados como estudantes internacionais (geralmente provenientes de países do centro capitalista e asiáticos que fazem parte da graduação no Brasil); estrangeiros (originários de países periféricos, majoritariamente vindos da América Latina e África que buscam realizar a graduação no Brasil); e imigrantes (na condição de refugiados e portadores de visto humanitário que retornam à universidade para fazer uma graduação ou avançar nos estudos). Nessa categorização socialmente informal, estes últimos se tornam ainda mais vulneráveis, sobretudo porque chegaram ao país menos por vontade e mais por necessidade, devido à imigração involuntária.

Estudantes imigrantes e universidades-refúgio: paradoxos do (des)pertencimento

Conceitualmente, migração é um processo de deslocamento geográfico, no qual um indivíduo ou grupo atravessam as fronteiras territoriais e jurídicas de uma cidade, estado ou nação. É preciso considerar que, além das questões geográfico-espaciais, os deslocamentos migratórios também provocam efeitos psicológicos, gerando rupturas culturais que, por sua vez, impactam a percepção de pertencimento social e autoconceito, mormente dificultados por questões linguísticas.

Como lembra Di Cesare (2020, 125-6):

Não existe o migrar sem mudança, ou melhor, sem troca de lugar, sem o outro e sem o encontro que poderia, por causa do lugar, acabar em um desencontro. Migrar não é, portanto, apenas um processo biológico. [...] A premissa evolucionista carece totalmente de um significado para migrar, porque abstrai a história, o outro e as complicações do encontro com o outro. Migrar é um ato político.

Segundo Rosa (2016), os imigrantes são aqueles que se encontram no lugar de resto na estrutura social e são reificados, coisificados e dessubjetivados de forma constante e sistemática em suas vidas, porém não de maneira voluntária. Esses efeitos acabam por causar a irrupção de sentimentos de desterritorialização subjetiva e fragmentação da identidade (Rosa, 2016; Gomes, 2017; Alves, 2025).

No caso das migrações internacionais, outro elemento importante a considerar no processo migratório, é que neste contexto há pessoas que adentram países de maneira legal, mas há também aqueles que adentram territórios sem ao menos portar seus documentos, como é o caso de muitos refugiados e migrantes humanitários, que não tiveram tempo de procurá-los ou os perderam no deslocamento. Devido à natureza repentina de seu deslocamento, transportam consigo muito pouco do que caracterizava sua identidade até então, tais como hábitos, relações, local de residência, status profissional e social ou ao menos seus objetos de pertença. Essas partidas não planejadas, e muitas vezes indesejadas, são frequentemente acompanhadas por sofrimento psicológico, diretamente ligado ao trauma ao qual foram

submetidos no período pré-migratório e migratório, tal como violências diversas, tortura, testemunho e vitimização de massacres, morte de parentes e amigos. Quando se refere ao caráter involuntário dessa categoria de migração, há uma significativa importância em se debruçar sobre o tipo de trabalho psíquico que o processo de migração involuntária exige da pessoa, bem o seu impacto sobre a saúde mental do refugiado (Martins-Borges, 2013).

Diante disso, uma parte significativa dessa população encontra-se em situação de graves vulnerabilidades psicossociais: trabalhos informais e mal remunerados; moradias insalubres ou em situação de rua; situação de pobreza e miséria; frágil acesso às políticas públicas e sociais, que se somam aos impactos psicológicos. Concomitantemente às questões geopolíticas envolvidas nos processos migratórios, há um deslocamento psíquico - ainda em processamento - nas tessituras sociopolíticas ocasionadas em função do deslocamento forçado. Na imigração involuntária, como é o caso dos refugiados e imigrantes com visto de acolhida humanitária, a partida é abrupta e não planejada, provocando rupturas de laços com a família, com o território ao qual pertenciam, com a cultura e a linguagem, produzindo formas variadas de desamparo real e simbólico. Conforme Rosa (2022, p.17), "na imigração forçada de determinados grupos sociais, portanto, a constituição subjetiva, que articula elementos reais, simbólicos e imaginários, se processa concomitantemente com o problemático encontro com o campo social".

Diante da condição sociopolítica de imigrantes forçados, é comum o estabelecimento de uma percepção de abandono, que deriva da sensação de despersonalização, fragmentação, desenraizamento e desamparo vivenciadas de maneira inesperada, as quais vulnerabilizam em demasia as pessoas migrantes. Em geral, são casos marcados por diversos tipos de violências, tais como perseguição, tortura, violência física, sexual e psicológica, que abalam os que foram por elas acometidos e comprometem as formas de enfrentamento psíquico da experiência vivida (Rosa, 2016; Gomes, 2017; Machado et al., 2019; Alves, 2025).

De acordo com Corrêa (2025, p.84),

ao focar-se nos deslocamentos humanos evidencia-se que diversos fatores podem motivá-los. Por isso, estudar esse fenômeno implica considerar aspectos políticos, econômicos, culturais e sociais, sem constranger esses movimentos a uma lógica reducionista ou causal. Ademais, é imprescindível atentar-se aos aspectos subjetivos, os quais influenciam diretamente os desdobramentos do processo migratório, seja com relação aos imigrantes forçados, como em relação às pessoas que os recebem nas suas terras. Reconhece-se que, muitas vezes, pela urgência de encontrar formas de sobreviver, aspectos relativos à organização de documentação, moradia, trabalho, alimentação, sobressaem-se aos aspectos subjetivos envolvidos na migração, e, nesse sentido, busca-se defender o quanto, também, é preciso dar lugar aos aspectos emocionais e singulares dos sujeitos que estão em condição de imigração forçada.

Nesse cenário, pensar a articulação entre migração, formação profissional e melhores condições de trabalho no futuro se apresenta como possibilidade de resgate da vivência de cidadania e da assunção de uma forma de pertencimento e de territorialização. No entanto, esta nova acomodação é atravessada por aspectos culturais, emocionais e cognitivos em função da necessidade de compreensão de novos códigos sociais, sejam eles formais ou informais, e do encontro com o outro. Schütz (2024) em sua obra *O estrangeiro* disserta sobre a sua condição de imigrante saído da Áustria para os Estados Unidos em plena Segunda Guerra e afirma que o estrangeiro vive estado duradouro de inadequação, pois está sempre atento aos códigos sociais de determinada cultura/país para decodificá-los, o que nem sempre o habilita a interagir verdadeiramente com os nacionais.

Di Cesare (2020) chama a atenção para o vocabulário da dominação utilizado, ao longo do tempo, como expressão de *hospitalidade hostil* dos emigrantes-imigrantes: adaptação, inclusão, inserção e assimilação. Tais termos exigem a renúncia da sua condição pretérita em direção de se tornar um cidadão nacional. A autora lembra que "é preciso se perguntar sobre o significado de "habitar" e o de "migrar" para entender qual papel a residência pode desempenhar em uma política de hospitalidade" (Di Cesare, 2020, p. 222). Ainda, ressalta a quase inexistência do vocábulo estrangeiro nos textos filosóficos clássicos, embora ressalte que "o ser 'é' - não pode não ser. A identidade do ser é o fundamento incontornável da

filosofia” (Di Cesare, 2020, p. 202). Apesar da lacuna nas produções teóricas, Di Cesare (2020, p. 203; destaques dos autores) se apoia em Platão para lembrar que “o estrangeiro intervém para interromper a repetição cansativa, para salvar a filosofia (...) porque de certo modo incentiva o *não ser a ser*, mostrando que, para além do ‘não existir’, pode haver também o *ser outro*”.

Diante de tamanho desamparo, a partir do ponto de vista desse público, entende-se que poder contar com um serviço de acolhimento, conhecer e ampliar o acesso a direitos no novo país e aos poucos ter um lugar para onde se dirigir cotidianamente, quer seja um trabalho, quer seja a retomada dos estudos, opera como um organizador psíquico. Ao possibilitar constância, estabelecimento de novos laços sociais e também as vias para ressignificar a trajetória profissional e almejar projetos de vida futuros², a universidade pode configurar-se como um refúgio psicológico, uma vez que possibilita estabelecer novas conexões e projetos. Do ponto de vista da instituição, dar suporte às trajetórias desses estudantes significa a defesa de uma universidade mais hospitaleira - diversa, plural, acolhedora, detentora de recursos voltados ao fortalecimento dos percursos estudantis (Feitosa et al., 2025).

Imigrante-estudante: sujeito de direito, direito reconhecido

Devido ao grande fluxo migratório, por intermédio da Secretaria Nacional de Justiça, no ano de 2017, foi sancionada a Lei de Migração (Lei nº 13.445), que dentre outros dispositivos, institui o visto temporário para acolhida humanitária, a ser concedido ao apátrida ou ao nacional de país que, entre outras possibilidades, se encontre em situação de grave e generalizada violação de direitos humanos. Por meio desta lei toda pessoa migrante, ao cumprir as exigências legais, passa a ter igualdade de condições sociais, ou seja, tem direito aos serviços públicos de saúde, educação, previdência social e ao mercado de trabalho. O imigrante reconhecido – em tese – se torna um cidadão de direitos no território que o acolhe, mas a vivência cotidiana evidencia que há barreiras simbólicas que lhe são impingidas socialmente e sentidas por meio de comportamentos discriminatórios.

A ambientação em um novo território exige um certo abandono da vida pregressa para garantir uma imersão na nova realidade social a fim de construir novos laços, estabelecer uma rede de referência e proteção com vistas a conseguir também uma inserção no mercado de trabalho. De acordo com Pacheco e Luna (2022), a migração, muitas vezes forçada, impinge a quem muda por necessidade uma série de barreiras estruturais, como por exemplo, busca de documentação e garantias legais, além das dificuldades com a língua e os aspectos tácitos da cultura local. Os autores também destacam, para além das dificuldades econômicas, os efeitos psicossociais na reconstrução identitária, após a reinstalação no novo país. Como lembram Ferreira e Martins-Borges (2022, p.3),

é no conjunto de sentidos de um “lugar pertencente” que a cena da imigração requer elaboração por parte do sujeito migrante. “Onde estou?”, “por que estou aqui?”, “faço parte deste lugar?” são alguns dos questionamentos existenciais do imigrante que remetem a uma demanda de “reconhecimento”, de uma busca por um lugar onde seja reconhecido e no qual se reconheça integrado.

Ao se pensar em processos de socialização formais que operem como facilitadores na aquisição de trabalho e uma nova possibilidade de pertencimento aos refugiados, retomar os estudos mostra-se como uma estratégia importante, buscada por aqueles que atendem os requisitos dos editais de processos seletivos das universidades (Ferreira et al., 2021). Em termos numéricos, na UFSC, desde 2021, quando lançou o primeiro edital específico para ingresso deste público, a instituição tem cerca de 40 estudantes refugiados, tendo prevalência de estudantes haitianos, venezuelanos, angolanos, moçambicanos, guineenses, equatorianos, argentinos, sírios e afegãos. A UFPR, com mais tradição, pois acolhe estudantes refugiados desde 2014, conta com os seguintes números em 2026: 130 estudantes

² De acordo com Pacheco e Luna (2022) não é raro que alguns refugiados possuam formação universitária e uma carreira já consolidada em seus países de origem e que pela necessidade da migração precisam forçosamente realizar transição de carreira pelo não reconhecimento do diploma no país de recepção ou retomar os estudos a fim de conseguir melhores condições de trabalho em um futuro próximo.

regularmente matriculados; 86 novos ingressantes; 30 graduados; e 153 diplomas revalidados. Isto posto, é possível compreender que a condição de estudantes em uma universidade lhes confere um lugar de pertencimento institucionalizado, permitindo o acesso a direitos que também endossam a sua posição de cidadãos de direito em território nacional.

Pacheco e Luna (2022) chamam a atenção para o fato de que ter um diploma universitário favorece o desenvolvimento de carreira e melhores condições de vida, apesar das dificuldades encontradas pelos refugiados pelo reconhecimento e validação de seus estudos em outro país. O diploma se apresenta como expressão de uma formação especializada e, portanto, de competências profissionais específicas que operam como um fator de proteção psicossocial e uma vantagem quando comparada àqueles que não possuem formação de nível superior.

Ainda que os estudos de graduação e, não raro, de pós-graduação, operem a favor de oportunidades de recolocação profissional, o não reconhecimento das credenciais técnicas e de uma trajetória já consolidada no país de origem muitas vezes ocasiona também uma transição de carreira involuntária, por necessidade. Os modos de subjetivação de tais mudanças são variados e tangenciados por interseccionalidades, tais como país de origem, raça, gênero e idade, as quais operam como oportunidades ou barreiras para reingresso no mercado de trabalho brasileiro (Teixeira et al., 2021).

Di Cesare (2020, pp. 205-206), autora convocada frequentemente neste texto, busca na filosofia as bases para compreender o processo migratório, desde tempos remotos. Esta autora explora incansavelmente a condição da pessoa que migra, especialmente a partir da compreensão da etimologia da palavra estrangeiro, que necessita de uma espécie de topografia para que a definição não se mostre escorregadia e, portanto, ineficaz. O estrangeiro indica um tópos, um lugar, ou melhor, é indicado por um lugar, sempre um externo visto de dentro. Pode-se dizer até que 'estrangeiro' não significa nada além de uma relação.

Schültz (2024), autor austríaco de origem judia, que fugiu para Paris e depois se refugiou em Nova York em 1938, também citado por Di Cesare (2020), ajuda a entender, por meio de analogia, as especificidades do que é ser um estudante internacional, estrangeiro ou imigrante, sobretudo no caso brasileiro. O autor consegue captar as nuances entre o ser turista, espectador desinteressado do estrangeiro que precisa se estabelecer, e o tornar-se imigrante.

Da experiência de acolhimento de estudantes imigrantes na UFSC e UFPR, recolhe-se, ainda que pesquisas não sistematizadas tenham sido empregadas para os casos, que a vivência de estudantes internacionais, estrangeiros (como no caso dos PEC-G) e imigrantes guardam suas particularidades. No caso específico de estudantes imigrantes forçados, ingressos por políticas de ações afirmativas nas instituições, a entrada na universidade significa, para uma boa parte desse público, a possibilidade de melhor integração à sociedade brasileira. Além da vivência institucional, ter um diploma universitário viabiliza a construção do sentimento de pertencimento. Ter uma rotina de vida e estudos, compartilhar a vida estudantil com nacionais, estar em contato cotidiano com a língua portuguesa e construir projetos de vida, viabilizam a noção de pertencimento. Entretanto, essas vivências não ocorrem sem adversidades. Não são incomuns os relatos de dificuldades com a aprendizagem na língua portuguesa e dos sistemas da universidade, percalços na interação com os colegas (participação em grupos de trabalho), incompreensão dos professores (com relatos de que não deveriam estar na universidade porque não dominam o português), e sentimento de inadequação e fracasso, já que não são o que se espera de um estudante universitário, que domina a língua e os códigos de interação. Ainda, o fato de muitos deles dependerem de auxílios da universidade (moradia, alimentação e bolsas) ou precisarem trabalhar, coloca limites à vivência da trajetória estudantil. Conciliar trabalho e estudos exige desses estudantes uma boa organização da rotina e empenho para cumprir com as obrigações (tirar boas notas, passar nas disciplinas e participar de projetos de pesquisa e extensão). Soma-se a isso um impasse: se aculturar implica, em certa medida, um desenraizamento - da história, da cultura e da vida pregressa; o que muitas vezes gera resistência ao aprendizado da língua e dos códigos institucionais. Ainda, muitos estudantes relatam preocupações com a família que ficou no país de origem e a exigência de envio de remessas, instigando

o sentimento de culpa por estarem onde estão, ou de dívida, por terem sido escolhidos pela família para migrar e providenciar o sustento de quem ficou no país de origem³.

Di Cesare (2020) afirma que o migrante carrega consigo uma culpa perpétua ocasionada pelo “pecado original” de migrar e por isso vive sempre sob julgamento, uma vez que a pergunta insistente é sempre para saber por que ele está onde está e por que fez a escolha individual que acabou por ocasionar uma ruptura decisiva. A autora lembra que a pessoa que migra, por sempre ser lembrada de não pertencer ao lugar onde está, “sente que não pertence nem aqui, nem lá” (Di Cesare 2020, p.187). Os emigrantes-imigrantes, como ela os define, sofrem uma “dupla exclusão: a fratura com a comunidade de partida, a rejeição da comunidade de chegada”, que faz com que não mais exista um lugar onde se sintam em casa (Di Cesare 2020, p.188).

Hamad e Melman (2019) corroboram a compreensão de Di Cesare (2020) ao traçarem um paralelo entre a adoção internacional e a imigração, na medida em que descobrir e resgatar as origens é sempre uma questão candente para quem é adotado ou para quem decide sair do seu país. Os autores acrescentam que no caso dos refugiados, há uma espécie de culpa e ao mesmo tempo um sentimento de dívida com o país acolhedor e que a única forma de se redimir desse sentimento é trabalhar. Por meio de investigação junto a crianças de origem estrangeira adotadas por famílias francesas, Hamad e Melman (2019) percebem que para elas conseguirem desenvolver sua identidade é preciso resgatar as pessoas que as antecederam, ou seja, os seus ancestrais, pois somente assim conseguem desenvolver percepção de pertença, saber de onde vieram, conhecer suas origens. No entanto, o dilema não se resolve, haja vista que o preconceito social se faz presente uma vez que essas crianças são reconhecidas nos registros oficiais como ‘franceses de origem estrangeira’ em oposição aos franceses autóctones, o que acaba por lhes impingir um sentimento de culpa, ainda que involuntário, de traidores de suas raízes e origem.

É no movimento de se reconhecer como alguém com uma história – que marca sua identidade, e pertencer, que os imigrantes forçados buscam fundar um lugar para si na terra de acolhimento. Aprender a nova língua, regularizar documentos, organizar moradia e trabalho, adaptar um novo estilo de vida se apresentam como desafios no processo de reconstrução da vida. Em face às condições precarizadas de vida dos imigrantes forçados, especialmente no mundo do trabalho (Faria et al., 2021), o ingresso na universidade se torna uma alternativa para a construção de condições de vida mais dignas. Nesses termos, cabe a reflexão sobre a experiência desses estudantes nas universidades brasileiras, tendo em vista que carregam consigo as insígnias da internacionalidade (outra língua, outra cultura, outras experiências), mas também da precariedade da condição sociopolítica em que se inserem (pouca efetivação de direitos, condições precárias de vida, traumas da desterritorialização e estrangeiridade indesejada). Portanto, trata-se de um público que exige a interposição de políticas para seu acolhimento, já que, por um lado, são compreendidos como estudantes internacionais; por outro, como estudantes estrangeiros/imigrantes.

METODOLOGIA

Problematizando a noção de estudantes internacionais, estrangeiros e imigrantes este artigo evidencia nuances peculiares da experiência de estudantes imigrantes forçados regularmente matriculados nas Universidades Federais do Paraná e de Santa Catarina e objetiva apresentar e refletir as vivências cotidianas desse público em solo nacional, bem como problematizar as diferentes compreensões do que significa ser um estudante internacional, portanto estrangeiro, porém refugiado no Brasil. A investigação foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC⁴, com garantia de consentimento livre, confidencialidade e acolhimento em caso de desconforto emocional.

³ As remessas monetárias por parte de imigrantes forçados aos familiares que permanecem no país de origem são discutidas no campo das migrações em intersecção com a economia e o mundo do trabalho. Para mais detalhes ver Oliveira (2025). O sentimento de culpa ou de dívida com os familiares que permaneceram no país de origem é discutido em artigo de Ferreira et al. (2019), que versa sobre a saúde mental de estudantes internacionais.

⁴ A pesquisa foi submetida à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos/ UFSC, aprovada na Plataforma Brasil sob CAAE n. 86548125.7.3001.021.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter descritivo, exploratório e transversal. Não há a intenção de comprovar hipóteses ou estabelecer relações causais, mas compreender os modos de ser, sentir e agir que emergem da experiência de estudantes imigrantes no Brasil, uma vez que os métodos qualitativos buscam compreender os fenômenos a partir da experiência dos sujeitos e da interpretação de dados como temas e padrões a partir das análises empregadas (Ashworth, 2019).

Para a coleta de dados, a seleção dos participantes deu-se por conveniência, conforme os princípios da pesquisa qualitativa, que prima pela profundidade e a singularidade da vivência individual e não pela representatividade estatística. Dessa forma, os participantes foram selecionados por convite enviado por e-mail, a partir de lista fornecida pelas servidoras responsáveis pela gestão dos editais voltados ao ingresso do público aqui investigado, tanto na UFSC quanto na UFPR; e também por meio de whatsapp nos grupos de estudantes imigrantes nas duas universidades. Utilizou-se um formulário eletrônico (Google Forms®) para coleta de dados sociodemográficos e um roteiro semiestruturado para a condução dos grupos focais (um em cada uma das universidades), realizados entre julho e agosto de 2025, além de relatos em disciplinas de acolhimento a este público⁵. A sistematização dos dados foi realizada via transcrição do conteúdo manifesto com auxílio do software *Transkriptor*. Após a transcrição foi realizado o ajuste do texto, de forma manual de trechos em que o software não realizou a transcrição de forma adequada, considerando que os participantes não tinham a língua portuguesa como idioma materno.

Em seguida, o corpus formado no conteúdo coletado foi submetido a uma análise estatística sobre textos, por meio do software IRaMuTeQ - *Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires* que permite realizar o emprego de técnicas de análise textual como nuvem de palavras, análise de similitude, Classificação Hierárquica Descendente ou Método Reinert (Camargo, 2020). O processo de análise de dados envolveu três momentos: 1) tratamento do corpus textual com a inserção das linhas de comando, utilizadas para a identificação de variáveis ou temas controlados no processo de análise de dados; 2) inserção dos dados no software e geração dos relatórios de análise, tais como grafos de similitude e dendrogramas e 3) interpretação e síntese dos resultados.

O roteiro de entrevista conduzido pelos pesquisadores foi organizado em torno dos seguintes temas: 1) como os universitários refugiados ocupam o seu tempo livre?⁶; 2) Como eles se sentem após a ocupação do tempo livre? e 3) os efeitos percebidos em relação às atividades realizadas no tempo livre. Estas perguntas foram inseridas de forma cronológica durante a realização dos grupos focais, buscando facilitar a expressão de todos os participantes do grupo. Como estratégia de análise, o conteúdo transcrito foi identificado com linhas de comando que sinalizaram as respostas dos participantes em relação ao tema 1, 2 e 3.

Destaca-se que a investigação, em sua completude, teve como objetivo subjacente discutir e aprimorar as políticas de acolhimento para esta população, os aspectos facilitadores e os obstáculos que dificultam a sua integração à universidade, com vistas a ampliar o conhecimento sobre as ações adotadas pelas instituições pesquisadas. Acredita-se também que compartilhar práticas exitosas possam contribuir para a construção de políticas nacionais e institucionais que primam pela defesa do direito de migrar e da justiça social.

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Em termos gerais, o perfil dos participantes corresponde a uma maioria originária da Venezuela (56,5%) sendo todos estudantes da UFPR. Na UFSC há uma distribuição entre estudantes

⁵ Como parte de um Programa de Acompanhamento, estabelecido como Programa de Formação Suplementar (Resolução 56/2019 - CEPE/UFPR), os estudantes recém-ingressos frequentam aulas de português como língua de acolhimento, uma disciplina do Departamento de Psicologia denominada Tópicos Especiais em Psicologia, Migração e Refúgio, uma disciplina do Departamento de Direito denominada Tópica em Direito e Migração, aulas de informática e cálculo.

⁶ Conceitualmente, o termo adotado na pesquisa é tempo de não-trabalho e estudo, ancorada na ideia de que não existe tempo livre, dado que ele é determinado desde fora do trabalho (Adorno, 1995). O autor sinaliza que se o trabalho foi coisificado, o seu contrário também o foi. Como nada escapa ao mercado, este tempo torna-se livre para consumir. Porém, optou-se por utilizar o termo *tempo livre* nos grupos focais para facilitar o entendimento dos estudantes imigrantes.

oriundos de países africanos e do Haiti. Em relação ao tempo de moradia no Brasil, a maioria dos estudantes está no país há mais de 5 anos (60,9%). Referente à variável gênero, 14 dos 23 estudantes declararam ser do gênero feminino e 9 do gênero masculino. Em relação à raça/cor, todos os estudantes da UFSC identificaram-se com a raça/cor preta e a metade dos participantes da UFPR se declararam pardos. Sobre a variável situação de moradia, houve uma distribuição balanceada entre as modalidades, sendo que a que indica residir “sozinho” foi a que obteve um maior número de respostas (n=7, 30,4%). A maioria também indicou estar trabalhando atualmente (n=14, 60,9%), com prevalência em atividades de estágio e com remuneração prevalente de 1 salário-mínimo (n= 47,8).

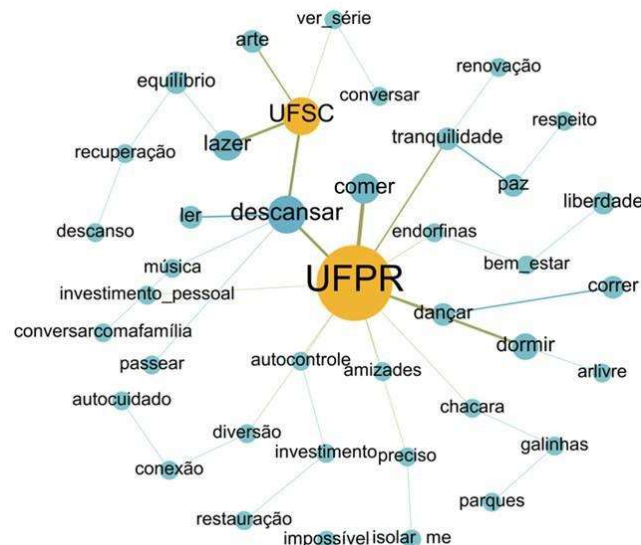
A seguir serão apresentados os dados coletados nos grupos focais realizados nas instituições de forma conjunta.

Análise de similitude sobre o tempo livre

O Grafo 1 apresenta uma análise de similitude, baseada no resultado de um teste de evocação aplicado individualmente com estudantes da UFSC e da UFPR. Os estudantes foram convidados a responder o seguinte termo indutor “Cite 3 palavras que lhe vêm à cabeça quando pensa em tempo livre”. Ao todo foram evocadas 60 palavras. Além das palavras, o grafo exibe um nó referente a cada uma das instituições. Esses nós estão posicionados na rede de palavras, de acordo com a coocorrência das palavras mais frequentemente evocadas. O número de palavras que compõem a vizinhança do nó que representa os estudantes da UFPR é ligeiramente maior, devido à quantidade de respondentes do teste de evocação (16 da UFPR e 7 da UFSC). Um participante da UFSC optou por não responder aos itens do teste de evocação, deixando os campos de resposta em branco.

No centro do nó, observa-se que a expressão “descansar” é o que liga os nós da UFSC e da UFPR. De fato, o tempo livre dos estudantes imigrantes é um tempo que é aproveitado para o descanso, devido à jornada de atividades que precisam desenvolver em decorrência das rotinas de estudo e trabalho. A palavra descansar, coocorre com as expressões “ler”, “música” e “passar”, possíveis ações realizadas no período de descanso desses estudantes.

Grafo 1. Análise de similitude derivada do teste de evocação de palavras sobre o “tempo livre”.



Apesar dos nós que representam as duas universidades estarem conectados apenas pela palavra “descansar”, os termos utilizados pelos estudantes das duas instituições significam o tempo livre como um período de descanso, percebidas através das palavras “renovação” (UFPR), “recuperação”

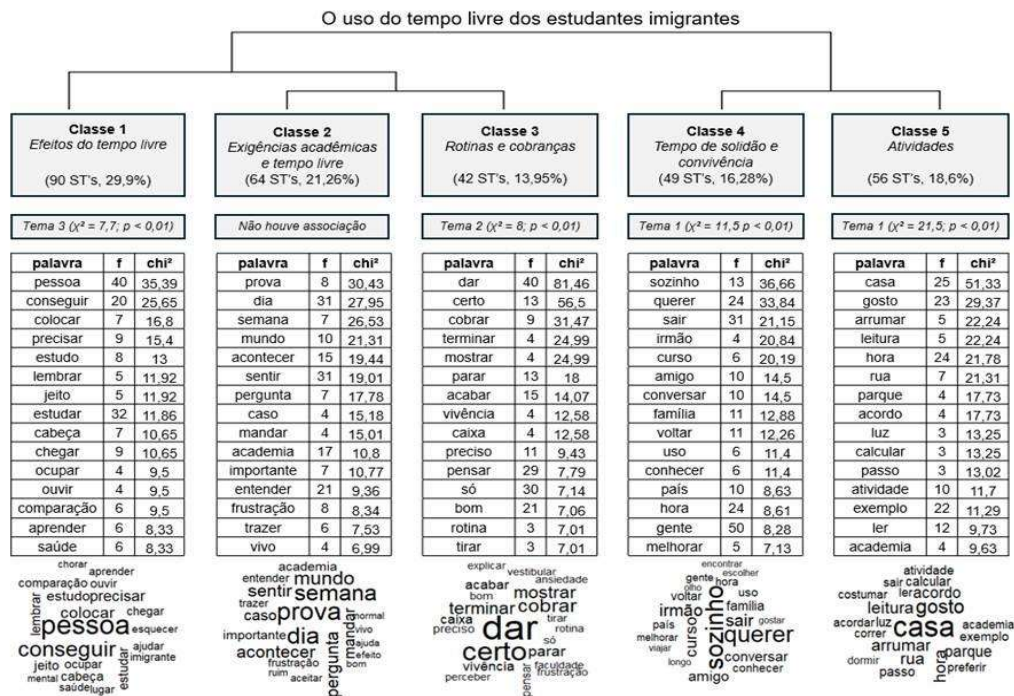
(UFSC), “tranquilidade” (UFPR) e “equilíbrio” (UFSC). Depreende-se de tais referências que se trata de um tempo importante para o enfrentamento dos desafios advindos das demandas acadêmicas no qual os estudantes podem encontrar um espaço no seu cotidiano para desenvolver alguma atividade que lhes proporcione “lazer” e “descanso” (UFSC) e “bem-estar” e “autocuidado” (UFPR).

Classificação hierárquica descendente (CHD) do corpus textual

O dendrograma da Classificação Hierárquica Descendente (CHD), representado na Figura 1, integra um corpus composto por respostas a três perguntas que orientaram os dois grupos focais. As três perguntas tinham como objetivo: 1) verificar como os estudantes imigrantes ocupam o seu tempo livre; 2) Como os estudantes se sentem após o uso do tempo livre e 3) e os efeitos que eles sentem em relação às atividades realizadas no tempo livre. A análise dos dados, realizada por meio da CHD, revelou cinco classes lexicais, analisadas a partir dos segmentos de texto associados.

As 5 classes distintas, abrangem 301 segmentos classificados (86,74% do total), o que indica uma boa taxa de aproveitamento do *corpus*. A média de 33,9 formas por segmento sugere densidade léxica consistente, permitindo observar núcleos temáticos bem estruturados que sustentam a divisão em classes. No dendrograma (Figura 1) são apresentadas apenas as palavras com os maiores valores de qui-quadrado (χ^2). Na análise de CHD, consideram-se estatisticamente significativas as associações cujo valor mínimo de χ^2 é igual ou superior a 3,84 ($p \leq 0,05$) (Camargo, 2020). No processo de análise, o *software* dividiu primeiramente o *corpus* em duas partes, separando o conjunto formado pelas classes 1, 2 e 3 das classes 4 e 5. A segunda partição destacou a classe 1 das demais, formando um ramo independente, enquanto a terceira partição dividiu as classes 2 e 3. Por fim, a quarta e última partição separou as classes 4 e 5, completando a estrutura hierárquica observada no dendrograma a seguir.

Figura 1. Dendrograma das entrevistas realizadas com os estudantes da UFSC e UFPR.



As classes *Tempo de solidão e convivência* (Classe 4) e *Atividades* (Classe 5), unidas pelo mesmo ramo, estão associadas ao *Tema 1* da entrevista, referente a como os estudantes imigrantes ocupam o tempo livre. A classe *Tempo de solidão e convivência*, que representa 16,28% do total de segmentos de texto, revela que os estudantes investigados procuram, em seus momentos livres, oportunidades de sair de casa para socializar, conversar e manter vínculos com amigos e familiares. Nesta classe, a expressão *sozinho*, descreve a solidão enquanto experiência ambígua, podendo assumir sentidos positivos e negativos. No relato de um estudante da UFSC “*Ninguém gosta de estar sozinho. A gente está sozinho porque não é daqui. Na Guiné, tu tens mais amigos para chamar para fazer as coisas*”. Já um dos estudantes da UFPR, compartilhou que gosta de usar o tempo livre em atividades que realiza sozinho: “*Mas eu, por exemplo, passo o tempo sozinho porque fui obrigado, obrigado pela carga horária que tenho durante o dia. Na verdade, consegui, por um tempo, aproveitar esse tempo sozinho, sabe? Hoje em dia, eu realmente gosto de fazer várias atividades só. E eu prefiro, de fato, fazer as coisas só*”.

A classe *Atividades* (Classe 5), reuniu 18,6% dos segmentos de texto. Os elementos dessa classe descrevem as atividades que os estudantes costumam fazer para ocupar o tempo livre: sair de casa, ler, passear na rua, ir para academia, correr, visitar parques etc. Os estudantes identificam a importância de ocupar o tempo livre com atividades que lhes permitam descansar ou sair da rotina estressante de estudo e/ou trabalho. O trecho de uma estudante da UFSC ilustra essa questão: “*Eu tenho essa necessidade de sair de casa, porque, se eu fico em casa, eu não paro. Limpo a casa, faço uma coisa e tal. Eu falo: Não, não vou limpar, não vou arrumar, eu vou sair. Porque, senão, você fica ali e não consegue fazer mais nada. E, quando vê, acabou o final de semana, e aí fica nessa rotina estressante*”. A expressão calcular refere-se ao desafio dos estudantes em organizar sua agenda, diante da grande quantidade de tarefas acadêmicas e profissionais que precisam realizar. O relato de um dos estudantes da UFPR demonstra esse desafio: “*No meu caso, eu também gosto de frequentar a academia, gosto de fazer atividades físicas, só que, depois que entrei na faculdade, isso piorou. Por exemplo, as disciplinas anuais de Direito... tem muita leitura*”.

A exemplo das classes analisadas anteriormente, as classes *Exigências acadêmicas e tempo livre* (Classe 2) e *Rotina de Cobranças* (Classe 3), também foram unidas pelo mesmo ramo. Os resultados indicaram que a classe 3 teve uma associação com o *Tema 2* da entrevista, que descreve como os estudantes se sentem após ocuparem o tempo livre. Já a classe 2 não teve uma associação estatisticamente relevante com nenhum dos temas da entrevista.

A classe *Exigências acadêmicas e tempo livre* (Classe 2), referente a 21,26% dos segmentos de textos, descreve um conjunto de experiências vivenciadas pelos estudantes em relação às demandas acadêmicas e as estratégias adotadas para enfrentar suas dificuldades. A expressão prova sintetiza as preocupações que os estudantes imigrantes possuem em relação ao seu desempenho acadêmico. Nos grupos focais, eles relataram que costumam se cobrar muito, como expressa uma estudante da UFSC: “*No meu caso, eu sinto frustração porque, assim, eu me cobro demais e eu acho que eu devia fazer mais, mas no âmbito da academia [ambiente acadêmico] mesmo, sabe?*”. Outros estudantes relatam ações que realizam para enfrentar os desafios de sua rotina. Frequentar academias de ginástica e a realização de atividade física aparecem novamente como um fator de proteção ao estresse diário. A fala de uma estudante da UFPR exemplifica a importância do uso do tempo livre fora das demandas de trabalho e estudo: “*Então, tipo, eu encontro um tempo aqui para respirar, para poder olhar que eu estou viva. Não sou um ‘robótico’, não sou uma máquina que está trabalhando... ou me sentir culpada por eu ter um tempo para mim. Um tempo para dizer: olha, pelo menos hoje eu fiquei satisfeita com o que eu fiz*”.

A classe *Rotina de cobranças* (Classe 3), referente a 13,9% dos segmentos de textos, revela uma constante autocrítica e a sensação de que é preciso ser mais produtivo, mesmo quando os resultados são positivos, como expressa a fala de uma estudante da UFSC: “*Então, eu nunca parei para me dar parabéns por ter entrado na UFSC... porque eu percebi o peso que é para entrar aqui. Tipo, tem pessoas que fizeram várias vezes e não conseguiram entrar, mas para mim foi normal*”. A exigência pessoal se soma às pressões externas de desempenho e à busca por reconhecimento em um ambiente universitário desafiador. Termos como “cobrar”, “rotina”, “faculdade” e “ansiedade” parecem expressar uma relação direta entre produtividade e desgaste emocional, enquanto “parar” e “pensar” indicam tentativas de reorganizar o tempo e resgatar o equilíbrio emocional. Assim, o tempo livre assume uma função ambivalente. Após o seu uso em atividades de descanso, lazer, atividades físicas, alguns estudantes sentem-se descansados, com sensação

de bem-estar, enquanto outros sentem-se culpados por não estarem se dedicando aos compromissos universitários, como diz um estudante da UFPR: *“Mas, às vezes eu deixo o tempo livre lá. E volto para as coisas que eu tava fazendo... Eu deixo pra estudar”*. Nesse caso, a expressão *“eu deixo o tempo livre lá”*, denota uma certa distância em relação ao uso do tempo livre e o cotidiano desses estudantes. As dificuldades entre tempo livre e tempo de estudo/trabalho repercutem nas emoções dos estudantes imigrantes, manifesta numa frase relacionada à expressão chorar, quando um dos participantes diz *“eu não tenho tempo para chorar”*.

A classe *Efeitos do tempo livre* (Classe 1) referente a 29,9% dos segmentos classificados, foi associada ao *Tema 3* da entrevista grupal, cujas respostas indicam as repercussões que os estudantes percebem em relação às atividades realizadas no tempo livre. Os efeitos descritos pelos estudantes são positivos. Os excertos de três estudantes da UFPR evidenciam que se sentem *“...com a cabeça descansada. Mais uma palavra, renovado”*. *“É assim que eu quero ser. Fazendo um monte de coisa, sempre pensando no futuro, no que vai acontecer. Mas às vezes a gente precisa descansar. Se não conseguir controlar isso, a pessoa pode ficar no chão”*. *“Então assim, eu acho que virou a chave quando eu comecei a perceber que eu não sou uma máquina. Assim, que eu precisava de espaço, que precisava fazer coisas que me deixassem muito mais tranquila, relaxada. Que me deixassem realmente leve para o momento de estudar ou trabalhar. Para conseguir ser produtiva realmente”*. Também emergiram nessa classe sentimentos de comparação e pressão por desempenho, conforme já descrito nas classes anteriores.

Em síntese, a análise integrada dos temas 1, 2 e 3 dos grupos focais realizados nas referidas universidades aponta percepções paradoxais sobre a vivência da solidão e do uso do tempo livre. Em um primeiro momento os estudantes participantes tenderam a relatar um sentimento de culpa e cobrança em relação à ocupação do tempo livre, pois esse tempo concorre com suas atividades acadêmicas e de trabalho, que são centrais na organização de suas rotinas. Porém, em um segundo momento, reconhecem que a ocupação do tempo livre com atividades físicas, de lazer, de reunião com os amigos, é necessária para que consigam desenvolver suas atividades acadêmicas e laborais de forma mais produtiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre a reconstrução da vida e a experiência acadêmica internacional, estudantes imigrantes forçados, humanitários e refugiados, são convocados a um trabalho de integração que lhes exige esforço: para aprender uma nova língua; para compreender e saber agir frente aos códigos de interação da nova cultura e das regras institucionais; para recriar seus projetos de vida; para reinventar sua identidade e formas de pertencimento. Ao mesmo tempo que a frequentar a universidade pode garantir acesso a direitos e a possibilidade de conquistar lugares mais dignos no laço social, também pode se constituir como experiência traumática ao reatualizar violências já sofridas - exclusão, discriminação e preconceitos. Ainda que os ganhos com a vivência e a formação sejam notáveis, o processo de interculturalidade não ocorre sem sofrimento.

Os dados da pesquisa apontam que o objetivo da educação superior para estudantes imigrantes forçados não é a experiência internacional, mas a possibilidade da formação e das vivências institucionais para a integração à sociedade brasileira. Esse processo implica muitos desafios, já que conciliar estudos, trabalho e vida social exige um esforço a mais desses estudantes, já que o seu projeto de vida que está em jogo. Não se trata de um público que busca uma formação superior para melhor engajamento às exigências de um mercado global, mas que objetiva pela experiência institucional e pelo diploma condições de se integrar à sociedade brasileira. Por um lado, tem como efeito a possibilidade de conquistar uma profissão e buscar condições de trabalho mais dignas; por outro, a possibilidade de reformular sua identidade e o pertencimento que foram alijados com o processo de migração.

A partir da discussão aqui suscitada defende-se o direito à retomada dos estudos em solo brasileiro como forma de transposição de inúmeras dificuldades vivenciadas por imigrantes forçados, refugiados e apátridas, na medida em que se apresenta como possibilidade de ressocialização, de garantia da manutenção de direitos universais, tal como o acesso à educação, bem como estratégia futura de obtenção de melhores condições de trabalho e de vida.

A relevância social da existência de processos seletivos específicos para esta população busca consolidar o compromisso da universidade pública com a comunidade que a compõe, seja de brasileiros

natos, naturalizados, imigrantes residentes ou estudantes internacionais. A relevância científica se fortalece na medida em que se busca ampliar a produção de conhecimento com pesquisadores de outras universidades e centros de pesquisa nacionais e internacionais. Isto posto, este estudo traz uma nova camada para o tema da internacionalização do ensino superior ao propor uma discussão entre as distintas terminologias para descrever a particularidade dos estudantes vindos de outros países que acessam as universidades brasileiras. Por fim, importa destacar que investigar jovens de outras nacionalidades, residentes no Brasil e que estudam em uma universidade pública apresenta contornos diversos, porém acrescenta camadas às pesquisas já desenvolvidas com estudantes imigrantes, refugiados e apátridas, ampliando a sua compreensão histórica, cultural, política e econômica. Desse modo, por meio de um fortuito intercâmbio é possível produzir conhecimento relevante sobre a dimensão singular e coletiva, na tessitura intersubjetiva desses estudantes em países estrangeiros.

O debate em torno do tema também mobiliza as discussões sobre a internacionalização das universidades brasileiras e o tipo de experiência intercultural priorizada. Os esforços para a internacionalização atualmente incluem estudantes imigrantes forçados, humanitários e refugiados, como atores importantes deste processo. Entretanto, acolhê-los na perspectiva do desenvolvimento das competências interculturais pode ofuscar o real motivo de seu ingresso na universidade: a oportunidade de construir uma vida melhor e de retomada do projeto de formação acadêmica. Deve-se considerar em seu acolhimento que esses estudantes têm sido alvo de situações de discriminação, xenofobia e racismo, processos que obstaculizam a experiência da formação universitária. Defende-se que uma universidade com hospitalidade é a via para que o encontro do estudante imigrante forçado com a instituição e o outro brasileiro possam promover de fato a interculturalidade - as trocas e a interação entre pessoas vindas de culturas diferentes. Ao serem acolhidos e reconhecidos em sua história e trajetórias de vida é que esses estudantes podem encontrar as vias para se sentirem pertencentes à comunidade.

REFERÊNCIAS

Akkari, A. (2018). Prefácio. In I. C. Mello (Org.), *Internacionalização do ensino superior: experiências, desafios e perspectivas*. EdUFMT. <https://www.gcub.org.br/wp-content/uploads/2020/09/Internacionalizacao-do-Ensino-Superior-ebook.pdf>

Alves, L. O. (2025). *Arte e reparação do traumático: criações e memórias de imigrantes congolezes* [Tese de Doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina]. Repositório Institucional UFSC.

Ashworth, P. (2019). Fundamentos conceituais da psicologia qualitativa. In J. A. Smith (Ed.), *Psicologia qualitativa: um guia prático para métodos de pesquisa*. Vozes.

Bizzaria, F. P. de A., Moreira, M. Z., Aguiar, I. C., Ferreira, K. S., & Nascimento, L. A. (2015). Competências interculturais, xenofobia e discriminação: análise crítica de discursos de estudantes em intercâmbio acadêmico internacional na perspectiva da cidadania global. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, 20, e19190. <https://doi.org/10.21723/riaee.v20i00.1919001>

Camargo, B. V. (2020). *Métodos e procedimentos de pesquisa em Ciências Humanas e Psicologia*. Editora CRV.

Corrêa, A. C. (2025). *Ser alguém na terra do outro: considerações a partir da psicanálise sobre o desamparo nas migrações forçadas* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná]. Repositório Institucional UFPR.

Di Cesare, D. (2020). *Estrangeiros residentes: uma filosofia da migração*. Âyiné.

Feitosa, L. R. C., Hostensky, E. L., & Mattos, V. B. (no prelo). Serviço de integração acadêmica para a comunidade universitária internacional: experiência no Programa Estudante-Convênio Graduação (PEC-

G). In F. Zatti & I. N. Luna (Orgs.), *Construir o futuro: estudos sobre educação e carreira no cenário brasileiro*. Instituto Federal do Rio Grande do Sul.

Ferreira, A. V. S., Martins-Borges, L., & Willecke, T. G. (2019). Internacionalização do ensino superior e os impactos da imigração na saúde mental de estudantes internacionais. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, 24(3), 594–614. https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-40772019000300594&script=sci_arttext

Ferreira, A. V. S., Lodetti, M. B., & Borges, L. M. (2021). Recomeço: o sofrimento psíquico na imigração involuntária e a política de inclusão nas universidades brasileiras. *REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, 29(63), 141–158. <https://doi.org/10.1590/1980-85852503880006309>

Ferreira, A. V. S., & Martins-Borges, L. (2022). Metamorfoses interculturais: o impacto da imigração na saúde mental de imigrantes universitários latino-americanos. *Educação em Revista*, 38, e25665. <https://doi.org/10.1590/0102-469825665>

Gediel, J. A., Casagrande, M., & Kramer, J. (2016). Universidade e hospitalidade: uma introdução ou mais um esforço! In J. A. Gediel & G. Godoy (Orgs.), *Refúgio e hospitalidade* (pp. 21–38). Kairós.

Gomes, M. A. (2017). Os impactos subjetivos dos fluxos migratórios: os haitianos em Florianópolis (SC). *Psicologia & Sociedade*, 27. <https://doi.org/10.1590/1807-03102015v27n3p618>

Gomes, M. A., Lopedote, M. L., Mayorca, D. S., Negreiros, D., & Tancredi, T. (2019). Como lidar com os efeitos psicossociais da violência? O curso de capacitação como um dispositivo clínico e político. In M. L. Lopedote, D. S. Mayorca, D. Negreiros, M. A. Gomes, & T. Tancredi (Orgs.), *Como lidar com os efeitos psicossociais da violência?* (pp. 54–68). Elefante.

Hamad, N., & Melman, C. (2019). *Psicologia da imigração*. Instituto Langage.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2025). *Censo demográfico 2022: fecundidade e migração — resultados preliminares da amostra*. IBGE.

International Organization for Migration. (2019). *Glossary on migration* (International Migration Law, n. 34). IOM.

Macedo, M. S. A. N. (2022). Internacionalização do ensino superior e cooperação educacional: o caso do PEC-G na voz dos estudantes. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, 27(2), 305–325.

Machado, G. da S., Barros, A. F. O., & Martins-Borges, L. (2019). A escuta psicológica como ferramenta de integração: práticas clínicas e sociais em um Centro de Referência de Atendimento a Imigrantes em Santa Catarina. *REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, 27(55), 79–96.

Martins-Borges, L., & Pocreau, J.-B. (2009). A identidade como fator de imunidade psicológica: contribuições da clínica intercultural face às situações de violência extrema. *Revista de Psicologia: Teoria e Prática*, 11(3), 224–236.

Martins-Borges, L. (2013). Migração involuntária como fator de risco à saúde mental. *REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, 21(40), 151–162.

Mello, I. C. (Org.). (2018). *Internacionalização do ensino superior: experiências, desafios e perspectivas*. EdUFMT. <https://www.gcub.org.br/wp-content/uploads/2020/09/Internacionalizacao-do-Ensino-Superior-ebook.pdf>

Mittelmeier, J., Lomer, S., & Unkule, K. (2024). *Research with international students: critical, conceptual and methodological considerations*. Routledge.

Neves, C. E. B., & Barbosa, M. L. de O. (2020). Internacionalização da educação superior no Brasil: avanços, obstáculos e desafios. *Sociologias*, 22(54), 144–175.

Oliveira, M. de. (2025). Migrações Sul-Sul: uma breve história e revisão de seus significados, com foco em seu emprego na análise dos recentes fluxos migratórios entre países latino-americanos. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, 16(3), 33–81. <https://doi.org/10.21057/10.21057/repamv16n3.2022.56357>

Organização Internacional para as Migrações. (2022). *Informe sobre las migraciones en el mundo 2022*. OIM. <https://publications.iom.int/books/informe-sobre-las-migraciones-en-el-mundo-2022>

Pacheco, R. F., & Luna, I. N. (2022). Carreira psicossocial de refugiadas com ensino superior: reconstruções identitárias e trabalho. *Revista Teias*, 23(69), 306–323. <https://doi.org/10.12957/teias.2022.66088>

Pessoni, R., & Pessoni, A. (2021). Internacionalização do ensino superior e a mobilidade acadêmica. *Educação*, 46, 1–32. <https://doi.org/10.5902/1984644443070>

Rosa, M. D. (2016). *A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento*. Escuta.

Rosa, M. D. (2022). Imigrantes e refugiados: deslocamentos subjetivos e territoriais na interface entre desejo e política. *Research in Psychoanalysis*, (2), 9–28.

Schütz, A. (2024). *L'étranger: un essai de psychologie sociale* (4. ed.). France.

Spolidoro, E. de C. (2017). *Refugiados no Brasil: proteção à luz dos direitos humanos* [Monografia de Bacharelado, Universidade do Sul de Santa Catarina]. Repositório Anima Educação. <https://repositorio.animaeducacao.com.br/items/f2c9bdce-68wc6-4c49-8890-154435d8b282>

Teixeira, A. C., Silva, E. C. da, Balog, D., & Sá, B. (2021). Por que é tão difícil pertencer? As dificuldades dos refugiados em seus processos de inserção no mercado de trabalho e na sociedade brasileira. *Cadernos EBAPE.BR*, 19(2), 265–277. <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/article/view/83236>

United Nations High Commissioner for Refugees. (2023). *UNHCR global trends: forced displacement in 2022*. UNHCR. <https://www.unhcr.org/global-trends-report-2022>

Vultur, M. (2018). Lógicas de mobilidade, projetos profissionais e experiências interculturais dos estudantes internacionais no Quebec. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 13(3), 1–15. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082018000300002

Submetido: XX/XX/XXXX

Aprovado: XX/XX/XXXX

Preprint: XX/XX/XXXX

Editor(a) de seção:

DECLARAÇÃO SOBRE DISPONIBILIDADE DE DADOS

Os dados que sustentam os resultados deste estudo estão disponíveis mediante solicitação justificada à autora correspondente. As solicitações devem ser encaminhadas por e-mail diretamente à primeira autora, Valéria de Bettio Mattos, acompanhadas de descrição clara dos objetivos do uso pretendido. O acesso aos dados será concedido exclusivamente para fins acadêmicos e de pesquisa científica, sendo vedada qualquer utilização de natureza comercial. Os dados primários foram coletados por meio de grupos focais realizados com estudantes imigrantes matriculados nas Universidades Federais do Paraná e de Santa Catarina, no âmbito de pesquisa aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC, com garantia de consentimento livre e esclarecido, confidencialidade dos participantes e acolhimento em caso de desconforto emocional. Em conformidade com os princípios da Ciência Aberta adotados pela SciELO, os autores se comprometem com a transparência no processo de pesquisa e com o compartilhamento responsável das informações

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

(especificação cada contribuição, de acordo com as normas da revista: CRediT (Contributor Roles Taxonomy) que é mantido pelo [Consortia for Advancing Standards in Research Administration Information](#) (CASRAI):

Autor 1 – Conceitualização; Curadoria de Dados; Análise Formal; Investigação; Metodologia; Administração do Projeto; Recursos; Supervisão; Visualização; Redação – rascunho original; Redação – revisão e edição.

Autor 2 – Conceitualização; Curadoria de Dados; Análise Formal; Investigação; Metodologia; Recursos; Visualização; Redação – rascunho original; Redação – revisão e edição.

Autor 3 – Análise Formal; Visualização; Redação – rascunho original; Redação – revisão e edição.

Autor 4 – Análise Formal; Visualização; Redação – rascunho original; Redação – revisão e edição.

Autor 5 – Redação – revisão e edição.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

Os autores declaram que não há conflito de interesse com o presente artigo.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.